

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Internacional Travessias Salvador S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária limitada com sede Avenida Engenheiro Oscar Pontes, nº 1051, Água de Meninos, CEP 40.460-130, Salvador, Bahia.

A Internacional Travessias Salvador é uma subsidiária da Internacional Marítima, Companhia maranhense com mais de 25 anos de atuação em diferentes áreas de serviços marítimos, atualmente, presente nos Estados do Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Bahia.

A Companhia foi criada para administrar o Sistema Ferry-Boat da capital baiana a partir da concessão adquirida pela Internacional Marítima em processo licitatório realizado pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), tendo iniciado suas atividades em março de 2014, a estender-se pelo prazo de 25 anos para a travessias hidroviária que liga o Terminal São Joaquim, em Salvador, ao Terminal Bom Despacho, na Ilha de Itaparica (Bahia). Entre as suas atribuições estão a operação, administração, uso comercial e manutenção dos terminais; e manutenção de natureza corretiva e preventiva das embarcações.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 30 de março de 2023.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração, estimativas críticas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, por exemplo, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

2.4.3. Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.4.4. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

2.5. Passivos financeiros

2.5.1. Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.5.2. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

2.5.3. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*).

2.7. Outras contas a receber

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais.

2.9. Intangível

Infraestrutura da concessão

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), tendo iniciado suas atividades em março de 2014, a estender-se pelo prazo de 25 anos para a travessias hidroviária que liga o Terminal São Joaquim, em Salvador, ao Terminal Bom Despacho, na Ilha de Itaparica (Bahia). Não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são referentes ao período de concessão da licitação, nota explicativa nº 1 e nota explicativa nº 9, de exploração do Sistema Ferry-Boat. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança, conforme descrição a seguir:

As receitas são decorrentes da prestação de serviços, conforme atividades descritas na Nota Explicativa nº 01.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	494	490
Banco conta movimento	2	190
Aplicações financeiras	44.448	37.684
	<u>44.944</u>	<u>38.364</u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinadas à negociação imediata. Por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

4. Contas a receber

	2022	2021
Cartões de crédito	3.750	3.055
	<u>3.750</u>	<u>3.055</u>

A Administração entende que não é necessário a constituição para perdas das suas contas a receber, considerando suas operações e que seu contas a receber são substancialmente compostos por operadoras dos cartões de crédito.

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Outras contas a receber

	2022	2021
Adiantamentos a funcionários	39	71
Adiantamentos a fornecedores	721	2.441
Caução AGERBA	272	231
Outros Adiantamentos	72	47
Parcelamentos	11	13
	<u>1.115</u>	<u>2.803</u>
Circulante	843	2.572
Não circulante	272	231
	<u>1.115</u>	<u>2.803</u>

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível

	Taxa média de		Custo	Amortização acumulada		
	Depreciação (a.a.)				2022	2021
Contrato de concessão	4%		5.000	(1.683)	3.317	3.478
Software	20%		1.235	(601)	634	909
			6.235	(2.284)	3.951	4.387
				2021	Amortização	2022
Contrato de concessão				3.478	(161)	3.317
Software				909	(275)	634
				4.387	(437)	3.951

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o montante registrado como Direito de concessão e exploração, refere-se ao investimento para operacionalização, mediante a concessão de 25 anos ganha por meio de licitação em 2014.

7. Imobilizado

	Taxa média de Depreciação (a.a.)			Depreciação acumulada		
		Custo			2022	2021
Peças e conjuntos de reposição	10%	1.706		(835)	872	991
Móveis e utensílios	10%	201		(79)	122	50
Máquinas e equipamentos	10%	1.629		(1.454)	175	457
Equipamentos de informática	20%	63		(61)	2	192
		3.599		(2.429)	1.170	1.690
		2021		Adições	Depreciação	2022
Peças e conjuntos de reposição		991		27	(146)	872
Móveis e utensílios		50		86	(14)	122
Máquinas e equipamentos		457		30	(312)	175
Equipamentos de informática		192		21	(211)	2
		1.690		164	(683)	1.170

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	4.842	6.281
	4.842	6.281

9. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média de juro	2022	2021
Banco Santander	0,85% a.m.	-	583
Banco Itaú	0,75% a.m.	1.765	1.502
Banco Safra	1,28% a.m.	3.538	4.502
		5.303	6.587

10. Tributos e contribuições sociais

	2022	2021
Imposto de renda	526	166
CSLL	168	98
Parcelamentos	2.734	2.795
PIS	70	101
COFINS	269	336
ISS	89	241
	3.856	3.737
Circulante	1.963	1.185
Não circulante	1.893	2.552
	3.856	3.737

11. Obrigações sociais

	2022	2021
INSS	3.139	2.517
FGTS	302	282
IRRF	286	174
Provisão de férias	1.800	1.741
Outras provisões trabalhistas	127	353
	5.654	5.067

12. Outras contas a pagar

	2022	2021
AGERBA (*)	2.587	3.948
Outras contas a pagar	266	-
	2.853	3.948
Circulante	2.534	2.893
Não circulante	319	1.055
	2.853	3.948

(*) Valor referente à provisão de manutenção/docagem das embarcações, conforme estabelece o contrato de concessão.

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 4.534 (R\$ 4.954 em 31 de dezembro de 2021) com base em informações de seus assessores jurídicos, considerando como suficiente para as causas consideradas com probabilidade de perdas provável:

Provável	2022	2021
Trabalhista	3.217	3.637
Cíveis	1.025	1.025
Tributário	8	8
Administrativo	284	284
	<u>4.534</u>	<u>4.954</u>

Em 31 de dezembro de 2022, não há contingências consideradas pela Administração classificadas com probabilidade de perda possível (R\$ 284 em 31 de dezembro de 2021).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo a Internacional Marítima Ltda., sua única acionista.

14.2. Distribuição de dividendos

A Distribuição de lucros pode ser realizada de acordo com a proporção das participações dos sócios sobre o capital e/ou de forma desproporcional desde que nenhum dos sócios seja negada a participação da distribuição. Em 31 de dezembro de 2022, houve distribuição de dividendos de R\$ 1.455.

15. Receita líquida de vendas

	2022	2021
Receita de serviços	77.350	61.414
(-) Tributos sobre vendas	(5.288)	(4.219)
	<u>72.062</u>	<u>57.195</u>

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos e despesas operacionais por natureza

	2022	2021
Com pessoal	(31.452)	(25.897)
Com material	(21.928)	(21.305)
Com serviços	(8.261)	(8.427)
Depreciação e amortização	(1.120)	(1.066)
AGERBA	(811)	(635)
Contingências (Nota 13)	-	(96)
Outras despesas	(2.474)	(2.834)
	(66.046)	(60.260)
Custos	(56.210)	(50.790)
Despesas operacionais	(9.836)	(9.470)
	(66.046)	(60.260)

17. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receita financeira		
Títulos vinculados ao sistema financeiro	3.825	1.264
Outras receitas financeiras	72	286
	3.897	1.550
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária	(1.284)	(1.653)
Despesas bancárias	(127)	(96)
Outras despesas financeiras	(449)	(311)
	(1.860)	(2.060)
Resultado financeiro, líquido	2.037	(510)

18. Operações com partes relacionadas

Parte relacionada	Natureza	2022	2021
Internacional Marítima	Outras contas a receber	-	243
Indústria Naval Catarinense	Adiantamentos para docagem	1.522	1.522
Internacional Marítima - Guaratuba	Adiantamentos para docagem	-	-
LC Assessória Marítima e Logística	Fornecedores	123	142
Internacional Marítima	Mútuo passivo	4.719	1.368
Indústria Naval Catarinense	Mútuo passivo	150	150

INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros por categoria

	2022	2021
Custo amortizado		
<i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	44.944	38.364
Contas a receber	3.750	3.055
Despesas antecipadas	264	186
Outras contas a receber	1.115	2.803
Partes relacionadas	1.522	1.522
	2022	2021
<i>Outros passivos, conforme o balanço patrimonial</i>		
Empréstimos, financiamentos e encargos	5.303	6.587
Fornecedores	4.840	6.281
Adiantamento de clientes	1.172	2.690
Outras contas a pagar	2.853	4.119
Mútuos com partes relacionadas	4.869	1.518

20. Gestão de risco financeiro

20.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia. A Alta Administração da Empresa identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da captação de empréstimos e financiamentos com taxas variáveis que possam impactar o resultado financeiro em virtude de um aumento.

A Administração da Companhia monitora permanentemente as taxas de juros de mercado visando não gerar exposições relevantes ao risco de taxa de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

▪ **Risco de crédito;**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Com relação a exposição de crédito com clientes, cerca de 100% do Contas a Receber é mantido com operadoras de cartões de débito e crédito no qual tem seu risco reduzido.

▪ **Risco de liquidez.**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

21. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC 24 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

LUIZ CARLOS CANTANHEDE FERNANDES:
05517974368

Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS CANTANHEDE FERNANDES:05517974368
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR FACILID CERTIFICADORA DIGITAL, OU=Videoconferencia, OU=29422374000187, CN=LUIZ CARLOS CANTANHEDE FERNANDES:05517974368
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.03.31 15:08:49-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0

Luiz Carlos Cantanhede Fernandes
Diretor Presidente

ANTONIO PEREIRA BRANDAO:
24958565353

Assinado digitalmente por ANTONIO PEREIRA BRANDAO:24958565353
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=33216689000145, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=IDFEDERAL, OU=RFB e-CPF A3, CN=ANTONIO PEREIRA BRANDAO:24958565353
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.03.31 15:09:50-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0

Antônio Pereira Brandão
Contador
CRC MA 5197/O-8